

Resenhas

BRYAN WARD-PERKINS. *La Caída de Roma y el fin de la Civilización.*

Tradução para o espanhol de Manuel Cuesta e David Hernández de la Fuente

Madrid: Espasa Calpe, 2007, 301 p.

ISBN 978-84-67023-63-3

As transformações por meio da Arqueologia

Roma caiu? Com essa pergunta, o professor e pesquisador do Trinity College (Oxford, Inglaterra) Bryan Ward-Perkins inicia um complexo debate provocativo sobre os termos usados, ontem e hoje, para explicar a derrocada do Império Romano do Ocidente em 476.

Nascido e criado em Roma, Ward-Perkins participou de uma série de escavações na Itália, principalmente nos sítios pós-romanos, ou seja, após a grande leva de invasões germânicas ou bárbaras. Durante anos, se dedicou ao estudo e à análise de artefatos arqueológicos, cotejando-os com as evidências e textos históricos do período, numa tentativa de melhor elucidar a transição do mundo romano para o mundo bárbaro – germânico.

Tendo em vista esse cenário de questões, sem perder de vista o debate, no livro *La Caída de Roma y el Fin de la Civilización*, Ward-Perkins descreve, na introdução, como os bárbaros foram integrados ao Império Romano, de acordo com a historiografia tradicional. Conceitos como decadência e crise, comuns na década de 1970, substituem transição, troca e transformação. A revolução cultural e religiosa, por exemplo, continuou em desenvolvimento após o fatídico ano de 476 d.C. Como se Roma se mantivesse viva, de uma maneira diferente, porém, não inferior.

Logo após a Segunda Grande Guerra, na nova e “pacífica” Europa, as opiniões sobre os processos de invasões foram sendo suavizadas. O Imperialismo Nazifascista, que buscou sua legitimação na Antiguidade através de uma forte carga simbólica, se encontrou derrotado pelas potências aliadas e “liberais”. Nesse sentido, não haveria mais razão para uma nostalgia guerreira e militar, latente no final do século XIX e início do XX. Essa teoria foi absorvida pelos pesquisadores do pós-guerra. Assim sendo, Roma teria caído voluntariamente, delegou poderes para outros, acarretando uma integração pacífica.

O autor utiliza uma série de acervos arqueológicos para desmistificar essa suposta integração. No primeiro capítulo, que retrata os horrores da guerra, ele analisa algumas representações iconográficas da coluna de Marco Aurélio em Roma, do final do século II. Nessas imagens, prisioneiros germanos são decapitados por seus próprios companheiros, sendo observados pelos legionários romanos. Em outra representação, mulheres e crianças marcham escravizadas, e uma prisioneira germana é esfaqueada no peito por um legionário (p. 48).

Em outro momento, Ward-Perkins, utilizando o modelo numismático, descreve o reverso de uma moeda cunhada entre os anos de 345-350, no governo de Constâncio II, herdeiro político e filho de Constantino I, o Grande. A imagem representa um soldado ou legionário romano (o próprio imperador?) derrotando um cavaleiro inimigo – este pedindo misericórdia. Em algumas variantes, notamos tratar-se de uma representação de um inimigo persa, pois o uniforme está mais destacado. A riqueza dos detalhes como a lança, a espada do vencido caindo ao solo e o escudo sendo pisoteado pelo vencedor demonstra a importância de se destacar tal fato.

O escudo, símbolo de arma defensiva, no qual o guerreiro colocaria o cosmo contra seu adversário (CHEVALIER e GHEERBRANT, 1997, p. 387), está sendo pisoteado pelo soldado romano. Ou seja, o inimigo está indefeso e derrotado. Na legenda, *Fel Temp Reparatio* (retorno aos tempos felizes ou bons tempos), uma clara tentativa política de apresentar à população o retorno aos costumes de um suposto apogeu e segurança, encontrada no Principado de Augusto. No exergo ou linha de terra, a referência à primeira casa monetária de Antioquia (FUNARI e CARLAN, 2007, p. 85).

A moeda em si, como um instrumento de legitimação imperial, estabelece uma ordem natural no século IV: o império,

representado pelo soldado/imperador, atravessa o cavaleiro e inimigo bárbaro com uma lança. No Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, instituição que possui o maior acervo numismático da América Latina, existem 68 moedas com essa representação, cunhada em diferentes casas monetárias durante o governo de Constâncio II. Também encontramos outras moedas variantes com esse tema, cunhadas por imperadores posteriores a Constâncio.

Infelizmente, o autor não faz referência à iconografia do anverso, no qual notamos o busto de Constâncio, face voltada à direita do observador, com o diadema de duas pontas, o manto imperial preso aos ombros, acompanhado da legenda *DN CONSTANTINVS PF AVG*. O imperador deixava de ser um *princeps*, primeiro cidadão, e tornava-se um *dominus*, senhor. Essas cunhagens servirão de modelo para os futuros reis visigodos e suas amoedações.

Ward-Perkins consegue realizar um diálogo entre a documentação escrita e a arqueológica. Descreve, com base nos escritos de São Agostinho e São Jerônimo, a difícil situação na qual se encontrava o império no início de século IV. Até os “bárbaros” romanizados, servindo nas legiões, estavam ameaçados. Logo após o assassinato de Estilício, *magister militum* do Ocidente, em 408, esposas e filhos de soldados germanos que serviam ao império são mortos. Os sobreviventes passam as fronteiras imperiais, engrossando as tropas de Alarico, rei visigodo que invadiu e saqueou Roma em 410.

Jerônimo acrescenta que a cabeça do império, Roma, havia sido cortada. Para Agostinho, a recompensa com a queda da cidade seria encontrada no céu. Ambos apontam para os pecados romanos – falta de modéstia e orgias – como fatores dessa anunciada destruição. Ao mesmo tempo, Salviano, teólogo do século V, coloca os virtuosos germanos como os novos senhores.

O capítulo 2 começa a descrever o caminho que levou à derrocada do Império do Ocidente. Para isso, o autor faz uma análise concisa da crise financeira do século III, quando a prata começa a faltar para as moedas. Encontramos exemplo claro na coleção do Museu Histórico Nacional: das 1888 moedas do século IV, apenas uma, do Imperador Valente, foi cunhada em prata. A maioria das peças é de bronze; 12 são *solidus constantinianus* (ouro). Ainda nesse capítulo, citando-se Amiano Marcelino na batalha de Estrasburgo (357), é dado destaque para a questão militar romana. A disciplina, a estratégia, a tecnologia e a formação

cerrada constituíam a grande vantagem das legiões contra os invasores germanos – a vitória da mente sobre os músculos. O divisor de águas seria a Batalha de Andrinópolis (378), vitória decisiva do exército godo, resultando na morte em combate de Valente, Imperador do Oriente. Comparada à derrota em Canas (215 a.C.), quando o exército cartaginês comandado por Aníbal aniquilou as legiões romanas.

Na realidade, as táticas legionárias romanas não eram muito eficazes em campos estreitos, com poucos espaços para manobras. Porém, as armas de guerra romanas eram superiores às dos germanos, fundamentais para Roma assegurar que as cidades mais importantes, incluindo Constantinopla, não fossem atacadas. Mesmo assim, o exército romano não teve poder de reação após Andrinópolis. Oitenta anos mais tarde, em 451, contando com ajuda goda, as legiões comandadas por Aécio (conhecido como o último dos romanos), impedem a invasão dos hunos sob a chefia de Átila na Batalha dos Campos Catalúnicos.

O problema principal, citado por Vegécio, era a questão da remilitarização da sociedade. No caso do Ocidente, chegou mais tarde que no Oriente. Na Península Ibérica, por exemplo, preferia-se recrutar escravos a camponeses; enquanto nas tribos germanas, dever, honra, status e virilidade estavam relacionados com a guerra. O próprio rei era, antes de tudo, um chefe militar, cercado pelos seus soldados, companheiros de armas. Esses soldados não realizavam trabalhos braçais, considerados humilhantes; dedicavam-se exclusivamente à batalha. Podem ser considerados *celula mater* da futura nobreza feudal europeia.

Enquanto os povos marginalizados fossem desunidos, Roma levava uma grande vantagem. Porém, maus tratos e tratados não mantidos ocasionaram a união de tribos. A resposta veio dos godos, em 378. Os tratados, de maneira em geral, eram vantajosos para o império, não para as províncias. A intenção desses povos, principalmente os ostrogodos, era participar do alto nível econômico no qual vivia Roma, e não destruí-la. Viviam em palácios de mármore, cunhavam moedas com estilo imperial de anverso e reverso e mantinham altos oficiais romanos como seus conselheiros.

Ward-Perkins faz uso da documentação arqueológica novamente na página 116. Realiza uma análise do medalhão de ouro de Teodorico, rei dos ostrogodos ou godos orientais (474-526). Na legenda de anverso, a inscrição *victor gentium*, vencedor dos povos estrangeiros. Nesse sentido, os gogos romanizados

seriam menos estrangeiros que outros povos germanos. Um dos importantes detalhes da iconografia monetária é o bigode gótico, também presente nas moedas de Teodato, rei dos ostrogodos de 534- 536 – o bigode era uma característica germana; os imperadores romanos durante os séculos IV e V não usavam barba, com exceção de Juliano, o apóstata. No reverso da moeda de Teodato, há a imagem da Vitória, mulher alada, com a coroa de louros na mão esquerda, comum em moedas desde o século I d.C.

Com o desmembramento do Império Romano do Ocidente em 476, os primeiros reinos bárbaro-germanos procuraram estabelecer um elo com o passado, como se fossem os legítimos herdeiros de Roma. O rei visigodo Égica (610-702), na primeira metade do século VII, conseguiu fazer de seu filho Wittisa (?-710) herdeiro e sucessor. Com esse objetivo, associou-o ao seu governo. Esses dois personagens aparecem reunidos nas moedas do período: o rei no anverso e o herdeiro no reverso. Pelo mesmo motivo, os reis Égica e Wittisa surgem juntos e coroados em algumas peças do final do século VII. Na legenda em latim nos terços de soldo (moeda de ouro), lê-se: *EGICA REX WITTISA REX CONCORDIA REGNI*. Pai e filho apresentam-se ante seu reino como uma dinastia, embora ainda um não tivesse sucedido ao outro. Nessas moedas, o rei e o príncipe estão representados de lado, face a face, havendo uma cruz entre ambos. Em alguns exemplares cunhados em Toledo, Égica e Wittisa seguram a cruz.

Os jovens reinos começam a cunhar suas próprias moedas, imitando o modelo romano, não só o ocidental como o oriental também. Mesmo assim, as moedas locais circularão até meados do século X. O *solidus constantinianus*, moeda de ouro criada pelo imperador Constantino I, o Grande, será considerado por Peter Brown como o dólar da Idade Média.

As cunhagens realizadas pelos povos germanos estavam ligadas a uma ambição política, não à necessidade econômica. Essas moedas fazem parte de um importante testemunho arqueológico, confirmando uma precisa datação, configurando-se um importante objeto de estudos.

Na segunda parte do livro, o autor deixa claro que o desmembramento acarretou o fim de uma civilização e do bem-estar dos habitantes do império – uma ruptura. Analisa os artigos de luxo que abundavam no mundo romano, como ânforas e cerâmicas.

Com a expansão, o comércio acompanhou as legiões e o processo de romanização. A qualidade e a quantidade das mer-

cadorias romanas percorriam longas distâncias. Escavações realizadas em Roma, no Monte Testaccio, pelo CEIPAC (*Centro para el Estudio de la Interdependencia Provincial en la Antigüedad Clásica*), Universidade de Barcelona, comprovam a hipótese do autor (BLÁSQUEZ-MARTÍNEZ e REMESAL-RODRÍGUEZ, 2010, p. 54). O próprio Estado Romano não só favorecia o comércio, como também criava leis de incentivo. Na Itália, durante o século V, encontravam-se fábricas de lã em Milão e Aquileia; linho em Ravena; escudos em Verona; peitorais em Mântua. No mundo antigo, existiam estruturas complexas de distribuição; Santo Agostinho destacava o forte comércio entre Mallorca e o Norte da África. Com o fim do Império Ocidental, segundo o autor, teria desaparecido essa sofisticação no ocidente (p. 156). As imagens da decadência estariam representadas na produção posterior a 476.

A Bretanha, exemplo usado por Ward-Perkins, tem suas casas monetárias fechadas a partir do século IV. No século V, novas moedas deixam de chegar à região. Não por coincidência, o local mais atingido, a Cornualha, no sudoeste da Inglaterra, servirá de base para o Círculo Arturiano. Essa regressão econômica na Bretanha, até aproximadamente o ano 700, deixa os níveis agrícolas ao mesmo nível daqueles encontrados na Idade do Ferro. Ou seja, sem moedas ou cerâmicas de qualidade e casas de madeira com teto de palha (p. 181). Em seguida, o autor volta a afirmar que o desmoronamento do Ocidente desintegrou a economia antiga. Como o exército romano dependia dos impostos para seus gastos (soldos, víveres, armamentos), o colapso ocidental diminuiu relativamente a distribuição desses impostos não apenas em Roma, mas em todo o império ocidental.

Moedas, telhas, ânforas, entre outros documentos da cultura material, nem sempre foram considerados aspectos centrais de uma civilização. Alguns historiadores descartam essa documentação, pois, segundo eles, são de difícil análise. Muitas vezes, sua importância passa despercebida. Mesmo assim, seu estudo não é algo novo na História.

Lucien Febvre, em sua obra *Combates pela História*, fez uso desses materiais produzidos pelo homem para justificar o trabalho do historiador:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando eles existem. Mas ela pode fazer-se, ela deve fazer-se sem documentos escritos, se os não houver. Com tudo o que o engenho do historiador pode permitir-lhe utilizar para fabricar o seu mel, à falta de flores habituais. Portanto, com palavras. Com signos. Com

paisagens e telhas. Com formas de cultivo e ervas daninhas. Com eclipses da lua e cangas de bois. Com exames de pedras por geólogos e análises de espadas de metal por químicos... (1985, p. 249).

Com o surgimento desses novos elementos, verdadeiros agentes históricos, esquecidos por milênios, retornam à vida. Ocorre um enriquecimento da ciência histórica, levando-nos a conhecer o dia a dia de uma época, de uma civilização, da qual, querendo ou não, somos herdeiros.

Bryan Ward-Perkins, que também coeditou o volume XIV de *The Cambridge Ancient History*, não subordina suas análises aos velhos padrões positivistas, mas ao contrário, apresenta um quadro variado e original, tendo os vestígios arqueológicos como base de suas investigações. A obra entra como leitura obrigatória nos recentes debates acerca do campo da Antiguidade Tardia e Formação dos Reinos Germanos.

CLAUDIO UMPIERRE CARLAN

Universidade Federal de Alfenas (Unifal / MG)